

VI Encontro Nacional de Estudos do Consumo
II Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo
Vida Sustentável: práticas cotidianas de consumo
12, 13 e 14 de setembro de 2012 - Rio de Janeiro/RJ

**Etnografia da informalidade: aspectos de uma investigação etnográfica no Centro
de Comércio Popular de Ponta Grossa – PR**

Gustavo Emanuel Pacheco Portes¹

Marcelo Engel Bronosky²

Resumo: O artigo trata da relação entre cidadania e consumo processada no Centro de Comércio Popular de Ponta Grossa – PR (CCP) popularmente chamado de “Paraguaizinho”; através de uma investigação etnográfica oriunda de pesquisa de mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, empreendida pelo autor no ano de 2012. O Paraguaizinho constitui um espaço em caráter de mercado popular, destinado à comercialização de produtos, em maioria importados, de baixo e médio valor agregado em que mescla formalidade e informalidade. Formalidade em razão dos mecanismos legais da legislação municipal que outorgam o direito de constituição e manutenção do espaço (Lei municipal nº Lei nº 6340/1999, revogada e substituída pela Lei nº 9973/2009); além da Associação de vendedores que coordena as demandas políticas e geográfico-específicas. Informalidade devido à simetria entre legalidade e ilegalidade em que grande parcela dos vendedores opera: elevada parcela dos vendedores opera na ilegalidade, conquanto ocupe espaços legalizados. As incursões etnográficas têm elencado categorias subsidiárias ao estudo destes fenômenos; algumas das principais percepções tem sido (1) a ressignificação do território de consumo como espaço de lazer ou trajeto de trabalho, em que padrões e lógicas são estabelecidas e incorporadas no cotidiano semântico do indivíduo local e (2) a incorporação do consumo informal como lógica norteadora de percepções de cidadania: indivíduos conferem uma percepção de legitimidade ao espaço informal através da legitimação operada pelo processo de consumo.

Palavras-chave: Etnografia do consumo, Informalidade, Mercado Popular.

¹ Administrador com habilitação em Comércio Exterior, mestrando em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail < gustavoepportes@gmail.com >.

² Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2008), professor titular da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) nos cursos de graduação em Jornalismo, mestrado em Jornalismo e mestrado em Ciências Sociais Aplicadas. E-mail < mebrono@yahoo.com.br >.

1 – Introdução

A expansão de sociedades democráticas tem elaborado rico substrato para que a cidadania, os relativos direitos que a compõe e expressões culturais diversificadas ligadas à cidadania encontrem vias de desenvolvimento e consolidação. Torna-se notável nas sociedades contemporâneas o fato de que a contemporaneidade também ampliou as avenidas pelas quais os mecanismos de consumo tem se expandido. Esta ampliação tem requerido um desenvolvimento do arcabouço técnico que o acompanha: instâncias de produção, circulação e consumo carecem de constantes qualificações e inovações tecnológicas para atender a um mercado global ascendente de aproximadamente seis bilhões de consumidores. Paralelamente, formas inovadoras, híbridas e, em alguns casos dissonantes dos mecanismos legais que supostamente aludem à existência de instrumentalidades de consumo são erigidas; em parte para atender (ainda que de forma legalmente marginal) demandas de consumo; em parte como caminhos de promoção de emprego.

Como pontua De Lacerda *et. al.* (2010, p. 207), a partir do nascimento do Estado de Bem Estar no Brasil (1945) e, posteriormente, da emergência do plano Real (1994) e da abertura comercial brasileira (1990-2000) ocorreu no Brasil uma consolidação dos mercados informais e populares de baixa renda. Sob esta égide, o governo Municipal de Ponta Grossa (PR) cria o “Centro de Comércio Popular de Ponta Grossa” (CCP) a partir da Lei nº 6340/1999, revogada e substituída pela Lei nº 9971/2009, espaço em caráter de mercado popular direcionado à comercialização de produtos variados - em grande maioria eletrônicos - importados e de médio e baixo valor agregado.

Sob este bojo conceitual, este artigo apresenta notas etnográficas, tendo como objeto de pesquisa o Centro de Comércio Popular de Ponta Grossa – PR, popularmente denominado “Paraguaizinho”³, acerca de cidadania e consumo.

³ O uso do termo está ligado ao consumo de bens transnacionalizados advindos dos Paraguai. Em razão da forte zona de comércio internacional instaurada na *Ciudad Del Este* há várias décadas, o comércio popular brasileiro tem como potencial fornecedor o Paraguai. Expressões como “Paraguai brasileiro” e “Paraguaizinho” aludem, portanto, à espaços de comércio popular onde produtos transnacionalizados a partir do Paraguai são comercializados. Em nenhum momento é intuito no artigo valer-se de expressões pejorativas, preconceituosas ou tendenciosas ao aplicar o termo para descrever o Centro de Comércio Popular de Ponta Grossa.

Durante 20 meses foram realizadas incursões etnográficas⁴ no local com o fim de levantar informações e investigar a questão epicêntrica acerca da relação entre cidadania e consumo processadas no local. O CCP constitui um arranjo de consumo na forma de um mercado popular, o principal mercado popular de Ponta Grossa. Foi efetivamente construído pela governança local em 2002 quando foram realocados pequenos empresários e também vendedores que ora operavam na informalidade na Praça João Pessoa em Ponta Grossa, passando a trabalhar dentro do CCP.

A proposta original da pesquisa tem sido edificada sob esforço de investigação pela compreensão das relações entre consumo e cidadania dentro deste arranjo institucionalmente formal, porém que abarca aspectos não contemplados pela legislação⁵ – sobretudo quanto à legalidade de produtos comercializados. O intuito assentou-se inicialmente na investigação dos mecanismos e formas pelas quais o consumo expressava ou efetivava cidadania no CCP, segundo conceitos propostos por CANCLINI (1995) no qual o consumidor assume-se como cidadão, apropriando-se coletivamente dos bens materiais e simbólicos, construindo pactos de leitura e desenvolvendo o papel regulador do consumo em comunidade como forma de pertencimento. As incursões etnográficas têm permitido, entretanto, que tais percepções encaminhem a pesquisa a dois desdobramentos empíricos posteriores: o primeiro evidenciando a construção de identidades culturais a partir do consumo, conforme conceitos teóricos propostos por Douglas e Isherwood (2009, p. 103)⁶ – aspectos ainda não completamente reflexionados na pesquisa e apenas marginalmente apresentados – e o segundo indicando a relevância da compreensão acerca das mediações entre esfera política (governança local) e a esfera pública (comerciantes da praça e arredores) em uma mediação aparentemente tensa. Estas mediações parecem ter sido deslocadas do eixo inicial – a informalidade – durante os tempos da Praça e reinseridas sob um novo eixo – legalidade dos produtos – nos arranjos do CCP, tema central das notas etnográficas apresentadas neste artigo.

⁴ Pesquisa aprovada pela COEP/UEPG, segundo Parecer número 06/2012. Presentemente em andamento, com proposta de conclusão para Março de 2013.

⁵ Neste aspecto, legislação específica a partir de normativas da Receita Federal do Brasil.

⁶ Douglas e Isherwood (2009, p. 103) postulam em seus estudos teóricos em antropologia econômica que o “consumo é a própria arena em que a cultura é objeto de lutas que lhe conferem forma.” As escolhas individuais de consumo, superficialmente percebidas pelo racionalismo econômico são, segundo postulam, expressões subjetivamente significativas de juízos valorativos e identitários culturalmente; ulteriores, os quais “exprimem e geram cultura em seu sentido mais amplo.”

2 – Cidadania e consumo

As reflexões sobre cidadania têm ampliado horizontes nas Ciências Sociais por, ao menos, seis décadas desde que T. H. Marshall sistematizou o que nomeou o “desenvolvimento da cidadania moderna” nas sociedades européias. Desde então, perspectivas multifocais têm reflexionado e, sobretudo, teorizado o desenvolvimento e efetivação da cidadania moderna nas sociedades democráticas

Esta ampliação tem sido realizada, sobretudo, a partir de perspectivas interdisciplinares, reflexionadas sobre o mosaico multicultural que compõe o atual espaço urbano contemporâneo. Neste aspecto, uma visível expansão urbana sem precedentes percebida na modernidade e extensiva presentemente, não apenas tem propiciado a concentração de massas heterogêneas em um espaço plural de manifestações culturais como tem sido uma profícua incubadora de novas, distintas e híbridas formas identitárias (CASTELLS, 1973; SENETT, 1996; CANCLINI, 2000). “A que lugar eu pertencço?”, poderia ser a indagação principal produzida pela contemporaneidade no imaginário de cidadãos da *urbe* contemporânea e temporizada em escolhas e julgamentos valorativos e identitários, segundo interpela Canclini (2007, P. 153). Esta angústia de pertencimento, parece ser expressada justamente pela multiplicação daquelas formas identitárias no seio urbano.

Sob este aspecto, é importante destacar o papel cultural que cumprem os grandes centros comerciais de cidades médias e grandes; além de ampliar o capital financeiro e imobiliário, reestruturar investimentos, infra-estruturas e afetar as relações de trabalho, “oferecem cenários para o consumo (...), configuram novos signos de distinção e diferenciação simbólica para as classes altas e médias e valorizam o papel dos produtos e marcas transnacionais na satisfação das necessidades” (Idem, 2000, p. 160). Os espaços urbanos, palco das hibridizações e expressões culturais também se tornam espaços emergentes de novas expressões de cidadania a partir da cultura e do mercado.

Como propõe Douglas e Isherwood (2009, p. 101), discutir expressões culturais e o uso dos bens a partir do consumo apresenta a compreensão inicial de que o consumo é primeiramente um fato econômico – e igualmente um fato social – culminando com o aprofundamento da superfície de compreensão para investigar os significados e interpretações culturais que são atribuídos aos bens através do consumo. Segundo os autores, o consumo é inicialmente este evento econômico e orientado, em um primeiro plano por razões utilitárias e de subsistência (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009, p.

103). Neste conceito tem-se “o consumo como um uso de posses materiais que está além do comércio e é livre dentro da lei” (Idem, p. 102), um conceito flexível que permite, ao incluirmos a influência da cultura no bojo conceitual e metodológico da reflexão – aludindo referencialmente às mediações simbólicas e de construção de significado – à possibilidades de ampliação na compreensão do consumo; descrito em um segundo momento pelos autores como “a própria arena em que a cultura é objeto de lutas que lhe conferem forma”; conduzido por escolhas que “exprimem e geram cultura em seu sentido mais geral” (Idem, p. 103).

As escolhas de consumo, como postulam, serão orientadas por referenciais valorativos, produtores de sentido simbólico. Em “última análise são juízos” (Idem) acerca da referida cultura sob a qual a escolha está pautada. Como são escolhas livres⁷ carregam inferências de valores e concepções de mundo sobrepostas sobre o socialidade em que o consumidor interage. Transmitem sentido e definem, ulteriormente, conceitos e linhas demarcatórias acerca das categorias de referência dos sujeitos consumidores. Sob esta visão, ao simples ato de consumir bens ou serviços, “exerce-se o julgamento do valor das pessoas e das coisas” (Idem, p. 105). Como pontua Canclini (1995), o consumo adquire a atribuição de moderno veículo de inclusão; o consumidor assume-se como cidadão, apropriando-se coletivamente dos bens materiais e simbólicos, construindo pactos de leitura e desenvolvendo o papel regulador do consumo em comunidade como forma de pertencimento.

3 – Notas etnográficas

3.1 – Centro de Comércio Popular de Ponta Grossa

O Centro de Comércio Popular de Ponta Grossa, efetivado durante a gestão do prefeito Péricles de Mello (2001 – 2004), foi criado após a aprovação da Lei nº 6340/1999, revogada e substituída pela Lei nº 9973/2009, constituindo espaço em caráter de mercado popular.

Anteriormente à formalização do Paraguaizinho, diversos comerciantes trabalhavam na Praça João Pessoa, (FIGURAS I e II), ao lado do Terminal Central da cidade de Ponta

⁷ Há um debate amplo acerca de liberdade e mercado especialmente focado por teorias de dominação de cunho marxista. Não obstante o peso e a relevância empírica destes acentos, o conceito expresso de liberdade pelos autores e tratado neste trabalho refere-se à autonomia da tomada de decisões, neste aspecto, decisões de consumo.

Grossa em situações de “intempéries climáticas e fiscais”; diversas vezes eram abordadas por fiscais da Receita Federal e não raro tinham suas mercadorias confiscadas.

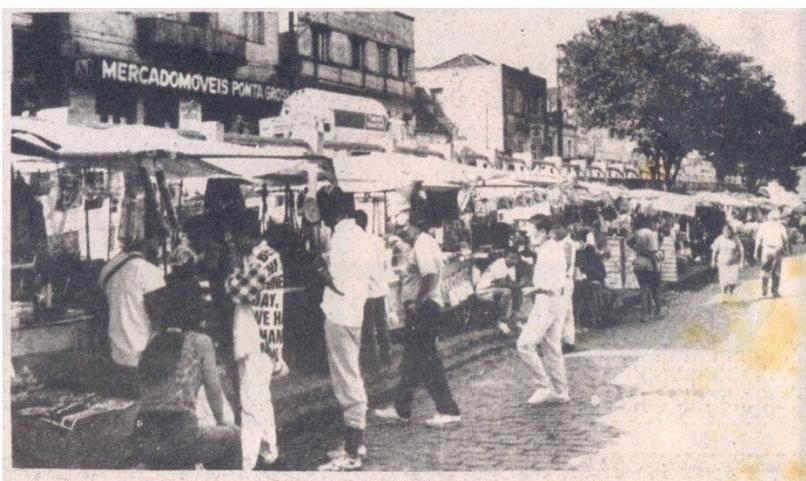


Figura I - Vendedores na Praça João Pessoa, década de 1990

Fonte: Museu dos Campos Gerais, Ponta Grossa, 2012.



Figura II - Vendedores na Praça João Pessoa, vistos da Estação Saudade, 1995.

Fonte: DECOM/UEPG.

A criação do Paraguaizinho remonta acontecimentos sociais e econômicos que tiveram espaço na conjuntura nacional e repercutiram na socialidade e economia de Ponta Grossa. Entre as décadas de 1980 e 1990, a cidade atravessou momentos de

transformação social e urbana. Em decorrência de instabilidades na economia nacional⁸, diversas famílias deixaram o campo e migraram para a região urbana da cidade. A parcela urbana não era tão expressiva e compunha-se principalmente de elites locais, industriais, comerciantes e grandes agropecuários que embora possuidores de grandes somas de terras residiam no centro urbano. Com a migração no período uma parcela considerável da população instalou-se em “novas periferias” (De SOUZA, 2006, p. 16), bairros marginais ao principal centro urbano e de consumo, muitos dos quais receberam melhorias de infra-estrutura (asfalto, saneamento e rede de esgoto, água encanada e rede elétrica); constituindo um porto de onde um grupo ativo de cidadãos e consumidores ascenderia com o decorrer dos anos.

Na gestão do prefeito municipal Jocelito Canto⁹, este “procurou fazer uma administração popular, que não fugisse de seu estilo” (Idem, p. 31) privilegiando inicialmente demandas com as quais estava acostumado a tratar no rádio. Foi na gestão de Canto que os comerciantes da Praça João Pessoa tiveram acesso à regularização de sua atividade. Canto procurou regularizar a condição dos vendedores e especialmente a utilização da Praça, criando assim uma base para a posterior construção do Centro de Comércio Popular na gestão posterior de Péricles de Mello. A conjuntura e os eventos relacionados aos vendedores da Praça durante o mandato de Canto (1997 a 2000) foram essenciais para a culminância da construção do Centro de Comércio Popular.

Porém, seria apenas na gestão do próximo prefeito, Péricles de Mello (2001 a 2004), que os comerciantes teriam acesso efetivo à infra-estrutura que hoje se vê no Centro de Comércio Popular. Como descrito, os vendedores ocupavam um grande espaço da Praça João Pessoa antes de ocuparem formalmente o shopping popular (como o ficou conhecido naquela época).

⁸ Em 19 de outubro de 1987, o índice Down Jones sofre a maior queda de sua história em um único dia: 22,6%. A combinação de temores com os empréstimos bancários, a desaceleração da economia e a desvalorização da moeda americana injetou pânico nos mercados americanos e o temor se alastrou pela Europa e pelo Japão. O Brasil quebrou novamente, suspendendo o pagamento da dívida. Na prática, foi a primeira crise que demonstrou o potencial de rápido contágio do pânico num mercado financeiro globalizado (O ESTADO..., 2008).

⁹ No ano de 1991 chega a Ponta Grossa o radialista Jocelito Canto – que devido a seu prestígio e seus programas que exploravam as mazelas da população mais carente, sobretudo da “nova periferia” e seus discursos fortemente carismáticos identificados com esta parcela –, seria eleito em 1994 como Deputado Estadual e em 1996 como Prefeito de Ponta Grossa. Esta “nova periferia”, como explica De Souza (2006, p. 16) foi a âncora utilizada por Canto para a eleição, uma vez que as instabilidades econômicas, e a nova configuração social de Ponta Grossa não eram contemplados pelas elites políticas hegemônicas da época. Este perfil popularesco de Canto facilitou inicialmente a mediação (então hostil) entre a esfera política local os comerciantes da Praça João Pessoa durante seu mandato (1997 a 2000).

A Praça situa-se lado do “Terminal Central de Transporte Coletivo Urbano”, construída na primeira metade do XX; palco do desenvolvimento urbano inicial de Ponta Grossa, graças a uma antiga estação ferroviária administrada pela Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) que permitiu apropriações do entorno como o primeiro centro comercial da cidade. A antiga estação recebeu o título de “Estação Saudade” em 1997¹⁰, sendo hoje parte do patrimônio histórico e cultural de Ponta Grossa e do estado do Paraná.

A Estação Saudade constitui atualmente um ponto de encontro de muitos grupos e “tribos” urbanas, além de abrigar a Biblioteca Pública de Ponta Grossa.

O arquiteto criador do projeto do CCP, Roque Sponholz, revelou ser bastante precária a condição dos comerciantes da Praça (informação verbal)¹¹. Segundo indicou, havia instalações rudimentares e perigosas, além das condições precárias de higiene, segurança e qualidade de trabalho.

Os comerciantes permaneceram nesta situação até outubro de 1999, quando, ao fim do mandato de Canto, foram orientados pela legislação municipal a protocolar pedido de regularização do uso dos “espaços da Praça João Pessoa” (PONTA Grossa, DECRETO Nº 516/99). A partir de 1999 a utilização da praça foi regulamentada embora as instalações e infra-estrutura tenham permanecido praticamente as mesmas. Ainda assim, uma aparente melhoria na situação legal dos vendedores pode ser percebida. Nos anos de 2000 e 2001 novas atenções foram dispensadas aos vendedores e à insalubridade de suas instalações culminando com a construção, em 2001, do espaço do Centro de Comércio Popular.

Canto afirmou (informação verbal)¹² que durante seu mandato, a precariedade das instalações e o acesso a uma infra-estrutura própria para o comércio foram os principais motivadores às melhorias. Havia como indicou uma perceptível hostilidade entre a circunvizinhança (arredores da Praça) em relação aos comerciantes informais, já que estes podiam baratear os bens comercializados, por não pagarem impostos e/ou terem despesas de manutenção com aluguéis, saneamento, segurança, energia elétrica. O baixo custo tencionava o deslocamento de consumidores de estabelecimentos mais próximos para a Praça, mesmo a despeito da baixa qualidade e segurança oferecidas pelos

¹⁰ Lei 5811/97 - Denomina de "Estação Saudade" a antiga estação da R.F.F.S.A., localizada na Praça João Pessoa, de propriedade do município.

¹¹ Entrevista concedida ao autor em 10 de Julho de 2012.

¹² Entrevista concedida ao autor em 18 de Julho de 2012.

produtos – em geral eletrônicos – consumidos na Praça. Havia também em alguns casos, oferecimento de bens que não faziam parte do sistema de ofertas do comércio regular, especialmente eletrônicos.

“Eu fui vendedor ambulante, é uma forma do cara viver, do cara não estar envolvido com drogas, uma forma dele botar comida na mesa da família dele”, afirmou Canto (informação verbal).

Uma questão paralela trabalhada neste período foi a construção de uma nova visibilidade para os comerciantes, especialmente com a realocação do espaço. Dentre as intenções da construção estava a possibilidade de visão mais equilibrada acerca do consumo popular. Parcela dos usuários da Praça consumia com certo receio quanto à qualidade dos produtos (uma vez que a regularização fiscal era precária) e quanto à precariedade das instalações. Sponholz afirmou que um dos meios para a visibilidade estava em utilizar um espaço relativamente periférico em relação aos principais centros de consumo da cidade (para a época) e em certo grau abandonado e revitalizá-lo, tornando-o um espaço “agradável” e de “livre” (e seguro) acesso aos cidadãos e consumidores.

O Péricles, quando foi prefeito da cidade, se comprometeu durante a campanha em resolver o problema e melhorar aquele aspecto da Praça ali; limpar aquilo, resgatar a Praça. E foi isso que nós fizemos e, eu fui incumbido de fazer isso. Fizemos várias reuniões [prefeitura e comerciantes]. Eles acharam que iam ficar sem nada. Mas como o Péricles tinha prometido. Só que pra não ficar chato perante os outros comerciantes que pagam imposto e tudo e eles não pagavam nada, definimos um forma dos comerciantes colaborarem a partir de um fundo. Eles entraram com uma parte do dinheiro para a obra e a prefeitura entrou com a outra parte e com o local.

A localização do CCP foi estratégica, pois precisava manter o acesso de circulação ao comércio. Era, portanto, a preocupação central expressada pelos comerciantes e que foi atendida nos processos de negociação. Dentre os temores estava a possibilidade de alocação em um espaço geograficamente distante em relação à Praça e, conseqüentemente, o deslocamento aquém dos referenciais de consumo ofertados por aquele circuito¹³. Assim, atenções foram dirigidas ao local de instalação ao mesmo

¹³ Circuito, neste sentido refere-se a rotas possíveis de consumo, usos, apropriações, e construções simbólicas no Centro de Comércio Popular e entorno, a partir de práticas estreitamente vinculadas ao consumo; termo apresentado por Magnani (1997, p. 45) no sentido de unir em um referido espaço circunscrito “estabelecimentos, espaços e equipamentos caracterizados pelo exercício de determinada prática ou oferta de determinado serviço, porém não contíguos na paisagem urbana, sendo reconhecidos

tempo em que se procurou pluralizar o alcance da instalação, o que foi alcançado apropriando-se de um espaço ocioso e utilizado por usuários de drogas e vinculando-o por um lado ao imaginário cultural da Estação Saudade e por outro ao antigo sistema de consumo (agora “oficializado”) ora ofertado na Praça:

O local que é o mais importante. Por quê que foi escolhido aquele local? Até por sugestão minha. Falei: “Péricles vamos fazer lá”. Primeiro porque era permitido porque a Estação Saudade é um prédio tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná. Então tem um limite ali que dá um raio de cento e cinquenta ou duzentos metros do prédio histórico que não se pode construir. Aquele terreno onde está o Comércio Popular estava fora desses cento e cinquenta [metros], então dava pra gente fazer. Além do mais ficava embaixo daquela passarela que existe ali (Passarela Olavo Bilac). E esse terreno que ficava embaixo da passarela tinha um matagal, bem na esquina do Parque Ambiental¹⁴, bem no chanfro, na quina. Matagal onde vivia constantemente pessoas sendo assaltadas; era um bando de drogados reunidos ali pra cheirar cola. E aquela passarela ninguém passava mais porque os caras assaltavam pra pegar dinheiro pra comprar droga. Então tava feio. Decidimos: “vamos fazer ali porque aí vai começar a circular pessoas e onde entra pessoas de bem a pessoa má cai fora”, isso em qualquer lugar, em qualquer praça.

Péricles de Mello (informação verbal)¹⁵ indicou que uma dos critérios para escolha do local estava em “valorizar o comércio popular de forma ampla”; “organizar racionalmente a distribuição dos vendedores” e “revitalizar aquele espaço morto do Parque Ambiental”, ressignificando o espaço e construindo um sentido mesmo de civilidade e segurança. Embora a mediação entre o poder político local e os vendedores tenha se demonstrado hostil durante o período da Praça¹⁶, Péricles afirmou que a realocação se deu de forma “pacífica, democrática”.

Com a instalação no novo arranjo de consumo, grande parte dos comerciantes informais migraram para o Paraguaizinho, formalizando sua condição e obtendo o direito de venda de mercadorias – legais. O fundo específico para construção do CCP previa

em sua totalidade apenas pelos usuários”.

¹⁴ O CCP e a Praça João Pessoa estão situados dentro do Parque “Complexo Ambiental Governador Manoel Ribas”.

¹⁵ Entrevista concedida ao autor em 20 de Julho de 2012.

¹⁶ A mediação entre esfera política (governança local) e a esfera pública (comerciantes da praça e arredores) e processos de negociação ocorreram de forma aparentemente tensa. Estas mediações parecem ter sido deslocadas do eixo inicial – a informalidade – durante os tempos da Praça e reinseridas sob um novo eixo – legalidade dos produtos – nos arranjos do CCP.

empréstimos para comerciantes que não dispunham de recursos para pagar a construção. Ao término, cada comerciante pagou aproximadamente R\$ 3.890,00 para ocupar o espaço de venda denominado módulo ou *Box* na condição de permissão de uso¹⁷ sendo realocados oficialmente em março de 2002.

3.2 – Apropriação e usos do espaço de consumo

O Paraguaizinho (FIGURA III) está localizado entre o Terminal Central de Transporte Coletivo Urbano; o Shopping Palladium – principal Shopping Center da cidade –; um hipermercado; uma ampla loja de departamentos e a Estação Saudade. Geograficamente situa-se dentro da Zona de Comércio (ZCOM) de Ponta Grossa, de acordo com zoneamento realizado pelo sistema de informações geográficas (WEBGIS, 2012) da prefeitura municipal de Ponta Grossa. Está situado dentro do Complexo Ambiental Governador Manoel Ribas um conjunto de quatro praças e espaços para lazer, exercício físico, palco para atividades teatrais, feira de rua, quadras esportivas, banquinhos, gramados, pista para caminhada, pista de skate. A proposta inicial a partir do Complexo era construir um espaço composto de quatro praças em que cada uma mantivesse monumentos ou edificações portadoras de alguma mensagem cívica, bem como uma arquitetura que ofertasse elementos tangíveis ligados a signos de civilidade. São estas as praças da Terra, do Fogo, da Água e do Ar, cada qual com elementos simbólicos e cívicos. O CCP localiza-se na circunscrição da Praça do Ar, junto à Estação Saudade e um pequeno palco para apresentações teatrais.

Está circundado por instâncias de consumo. Seu entorno constitui um dos primeiros espaços de consumo da cidade e, ao mesmo tempo, um dos principais centros atuais de consumo de Ponta Grossa. Dentro do espaço circunscrito em que se encontra o CCP (Parque Ambiental e arredores), é possível perceber a utilização do estacionamento do CCP por usuários e consumidores para consumir em outros locais do entorno.¹⁸

¹⁷ De acordo com especificações do Decreto Nº 58 de 15/02/2002 que “Aprova o regulamento do uso do Centro de Comércio Popular, conforme especifica”.

¹⁸ Algumas lógicas de consumo apresentam certos padrões de transito/ frequência/ mobilidade. Em especial, consumidores que não encontram certos produtos no Shopping Center ou na Loja de Departamento dirigem-se posteriormente ao CCP. Outros realizam a rota oposta, sobretudo quando da busca por objetos eletrônicos e de telecomunicação.



Figura III – Centro de Comércio Popular de Ponta Grossa, visão noturna.

Fonte: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, 2012.

O CCP tem seu perímetro iniciando logo após o Terminal Urbano e a Estação Saudade e finalizando na Rua Coronel Catão Monclaro. Logo ao lado há um estacionamento utilizado tanto por freqüentadores do Paraguaizinho quanto dos demais pontos de consumo, como citado. Um shopping Center eleva-se imponente frente à aparência não tão brilhante e convidativa do Paraguaizinho. Embora o plano arquitetônico tenha sido elaborado em um esforço de oferecer uma arquitetura modernista ao projeto, a deterioração, falta de pintura e a falta de diálogo com os demais objetos do entorno¹⁹ constroem um aspecto notadamente contrastante com o espaço circunscrito. Dentro deste cenário macro em que o Paraguaizinho está localizado, passarelas geram acesso a Praça do Ar. O cenário como um todo é formado não apenas por ícones de consumo; mescla também em seu entorno residências familiares, pequenos prédios; terrenos baldios; bares; brechós; construções e prostíbulos (Avenida Fernandes Pinheiro).

Há como que um mosaico mesclado entre possibilidades de consumo, lazer, moradia e trabalho. Nota-se também, uma relação ou ligação muito estreita entre estes elementos, tanto geográfica como simbólica, em um imbricamento de possibilidades sociais e

¹⁹ Como o trabalho de Migliorini (2006) indica, a falta de espaço de visibilidade contemplativa na cidade e o contraste com estilos distintos e nomeadamente utilitaristas impede a condução do olhar despercebido dos detalhes e características da arquitetura modernista em geral de Ponta Grossa.

culturais²⁰ no cotidiano dos usuários do espaço. O espaço circunscrito, notadamente um circuito de consumo, oferta variadas alternativas de consumo: bens de consumo fundamental (hipermercado); eletrônicos entre outros(CCP); roupas e moda (Shopping Center); artigos para casa (loja de departamentos); bebidas (bares) e, obviamente, a convergência de produtos nos vários locais de consumo o que permite a mescla ou convergência de usos dos locais. Em um mesmo arranjo²¹ pode-se consumir itens variados, desde moda a eletrônicos, de artigos para o lar ao lazer em uma variada gama de opções.

Ocorre no espaço um fluxo relativamente contínuo de consumidores durante os horários da manhã e tarde em quase todos os dias da semana. Em geral, moradores do entorno caminham pelo espaço em rota de trabalho, estudo, consumo ou lazer. O quadro geral de consumidores é plural, não sendo o espaço freqüentado apenas por moradores da região embora seja percebido, de forma ainda embrionária, aspectos conflituosos entre vendedores do entorno e comerciantes do CCP, como mencionado anteriormente – possíveis reminiscências do passado da Praça ou mesmo a intensificação da concorrência. As edifícios residenciais constroem parte do cenário de um dos lados do CCP, em frente à Avenida Fernandes Pinheiro. A avenida é conhecida por conservar arquitetura de traços tradicionalistas, alguns elementos eruditos do urbanismo do Século XIX. Algumas residências foram transformadas em bares, brechós, estabelecimentos comerciais e prostíbulos. Sendo percebida a utilização tanto de freqüentadores como de vendedores destes estabelecimentos do Paraguaizinho.

Externamente, o destaca-se destas residências antigas localizadas, ao mesmo tempo em que sua aparência se funde ao olhar comum das caminhadas costumeiras para o trabalho, lazer ou estudos que muitos empreendem (ignorando muitas vezes sua existência) e entrecortando este espaço de consumo.A ambiência do cenário parece influenciar tanto em mobilidades como habitualidades de quem o freqüenta,

este ambiente parece gerar ma atmosfera que lhe é própria. Uma atmosfera que alimenta, orienta e influencia (talvez como um possível determinante?) o convívio daqueles que estão em contato ou vivem nela. Deve influenciar no julgamento e decisões destes. Por vezes uma atmosfera carregada, faltante com o natural, gramados, árvore, terra (relatos de caderno de campo).

²⁰ As incursões etnográficas tem permitido reconhecer certos padrões, reiterações no cotidiano dos freqüentadores e, sobretudo, dos comerciantes da praça e arredores. Trajetos de trabalho-lazer-consumo parecem comuns em especial aos comerciantes. Relacionado o entendimento de que estes fatos imbuem significado, é possível perceber inicialmente uma cultura de sociabilidade-consumo local.

²¹ Neste sentido arranjos de consumo, locais onde variadas ofertas materiais e simbólicas são dispostas e consumidas: shoppings centers; shoppings populares; hipermercados; dentre outros.

A descrição do cenário permite compreender algo a cerca da configuração do CCP: a arquitetura, o espaço e as disposições que o vendedores criam internamente, constroem um todo mosaico, uma convergência de símbolos visuais, distintos e notáveis e, ao mesmo tempo, corriqueiros e inócuos para os caminhantes inconscientes.

A Estação Saudade, componente do espaço circunscrito, é muitas vezes apropriada simbolicamente como ponto de encontro de muitos grupos e “tribos” urbanas. Especialmente jovens encontravam-se na Estação para dançar hip hop, *brake*, andar de skate, “ficar”, discutir assuntos que ocorriam nas salas de aula, outros para o consumo de maconha e alguns como ponto de um aparente ritual diário de ouvir músicas em seus celulares, “trocar idéias” ou simplesmente observar e serem observados. Destes, alguns utilizavam o Paraguaizinho para consumo de bens que pareciam servir de ponte ou elo de ligação no grupo, como celulares e *smartphones* semelhantes aos mais inovadores lançados atualmente, tênis de alguns modelos e marcas específicas, bonés, camisetas, botas, blusas e alguns DVDs ou CDs.

Em meio a um cenário tipicamente urbano, o CCP visualmente destaca-se como um ícone do consumo popular em meio a um ambiente repleto de outros ícones e espaços para consumo. Esta estética exterior constrói este cenário; aliada aos estímulos sonoros e visuais facilmente perceptíveis: buzinas, músicas, barulhos de ônibus em vai e vêm, propagandas, entre outros. Este cenário oferece, ao caminhante uma variedade de percepções sensoriais típicas da circunscrição. Desta forma uma apropriação de consumo e socialidades, de forma a transmitir significado aos espaços constitui a utilização simbólica percebida dentro deste circuito de consumo.

3.3 Aspectos de cidadania (cultural) – legitimação do espaço e práticas de consumo

A despeito da nova visibilidade e formalidade que a construção do CCP ofertou aos antigos comerciantes da Praça, alguns comerciantes relembram de forma saudosista o período em que, livres de tributações fiscais – embora expostos a condições de extrema precariedade infra-estrutural – comercializavam e lucravam em maior escala do que nos arranjos do CCP. Expressões como “antes éramos felizes e não sabíamos” ganharam eco em meio a asseverações de outros comerciantes de que a formalização garantiu benefícios a todos e que estes benefícios, como tais, teriam um custo.

Por outro lado, a compreensão de consumidores parece ser negativa quanto ao tempo da Praça. O novo arranjo conferiu *status* ao consumo informal, tanto pela nova visibilidade quanto pela legalização da prática.

Não obstante a formalização, as incursões demonstraram que considerável parte dos bens comercializados tem origem duvidosa²². A ilegalidade camuflada produz dentro do CCP um clima hostil, tenso, em que faces ora sorriem na tentativa carismática de vender algo, ora entreolham-se quando da percepção de possíveis fiscais. Segundo informado pelo Delegado da Receita Federal de Ponta Grossa (informação escrita)²³

sob a ótica fiscal, a construção do espaço do CCP e a alocação dos vendedores em um único local foi prejudicial para a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) pois os comerciantes, reunidos em um único local, predispõem-se, e sentem-se encorajados, a oferecer resistência à presença do Fisco. O espaço é, pois, hostil à presença da RFB e, portanto, quando da realização de operações no Centro de Comércio Popular de Ponta Grossa, faz-se necessário mobilizar grande número de servidores da Receita Federal, além de se fazer necessária a participação (nas operações) de outros órgãos afins tais como Polícia Federal, Polícia Militar e Guarda Municipal. Do ponto de vista econômico, certamente a construção do CCP e a alocação dos vendedores em um único espaço foi positiva, pois o local é um excelente ponto comercial, sendo freqüentado, diariamente, por um grande número de consumidores.

Este quadro constrói uma ambiência de mediações conflituosas em que a ilegalidade dos artigos constitui o elemento de conflito entre esfera política e os comerciantes do Paraguaizinho.

Neste contexto, formas de legitimação simbólica emergem e conferem ao consumo (ilegal) segurança e características de consumo formal. Assentimentos de que os valores, as marcas e as espécies de produtos “que vendem bem no mercado” e os que “todo mundo está comprando agora” são requeridos pelo público consumidor contribuem para a manutenção do consumo.

A despeito da ausência quase geral nas garantias e na segurança relativa à qualidade dos produtos, a preferência pelo consumo no Paraguaizinho é visível desde sua formalização. Em variados casos uma conversa, um jeito ou um “acerto” - como é conhecido o ajuste feito para regular as disparidades entre valores e qualidade dos bens,

²² Do ponto de vista da legalidade, originalidade e garantia dos produtos vendidos, conforme normativas da Receita Federal do Brasil.

²³ Entrevista concedida ao autor em Julho de 2012

é suficiente para validar a escolha de consumo. Tanto a concretização como a valorização deste consumo ilegal dentro do espaço formalizado conferem legitimidade subjetiva à relação de consumo informal e ao uso do espaço. A compreensão de que os mesmos direitos de acesso ao consumo devem ser estendidos a todos os bens, constrói uma cidadania simbólica, forjada e edificada sobre esta nova forma de legitimidade através do consumo.

4 – Conclusões

O consumo simbólico “em que a circulação das riquezas mais não é do que um dos termos de um contrato muito mais geral e muito mais permanente” (MAUSS, 2011, p. 58) parece ser o notório veículo contemporâneo pelo qual formas culturais, padrões de refereciamento e identidades e formas de acesso à cidadania são construídos, gestados ou forjados na contemporaneidade.

Sobretudo ao investigarmos cidades médias e grandes, palcos da variedade cultural e da ampliação extensiva de canais de consumo, ampla variedade de imbricamentos em uma pluralidade semântica inconstante torna-se facilmente perceptível. Ao passo que confere e cria novas e variadas lógicas de socialidades, habitualidades e identidades culturais, vale-se do consumo como ponte e elo de construção simbólica. Neste aspecto, as incursões etnográficas no Centro de Comércio Popular de Ponta Grossa tem permitido o reconhecimento de lógicas de ressignificação do espaço de consumo formal/ informal e as formas de legitimidade que o consumo imprime sobre modalidades não abarcadas pela instrumentalidade legal acerca de consumo que se processa no local.

Em um primeiro momento a informalidade é subjetivamente formalizada pelo próprio processo de consumo; vendedores conferem um grau de efetividade desta “ilegalidade oculta” na participação econômica daquela sociedade ao passo que consumidores a legitimam pelas possibilidades plurisemânticas que o espaço ora lhes confere, ora adquire em seus próprios cotidianos sociais e lógicas econômicas.

Em um segundo momento, as ritualidades de consumo adquirem preeminência nas lógicas e na socialidade dos consumidores, no sentido de que a lógica de consumo parece auferir uma noção de cidadania: seja pelo acesso ao espaço formal – porém que opera na ilegalidade – ora legitimando a forma de consumo, seja pelo próprio processo de consumo e acesso aos bens materiais e simbólicos.

Referências Bibliográficas

AS GRANDES crises econômicas. In: **O Estado de São Paulo**. Abril de 2008. Disponível em: < <http://economia.estadao.com.br/especiais/as-grandes-criises-economicas,15167.htm> >. Acesso em Agosto de 2012.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

_____. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007.

_____. Culturas híbridas, poderes oblíquos. In: _____, **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

CASTELLS, M. **La cuestión urbana**. 2 ed. México: Siglo XXI, 1973.

De LACERDA, A. C. [et. al.]. **Economia Brasileira**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. P. 207.

De SOUZA, M. R. **Rádio e política: a trajetória de Jocelito Canto**. 2006. 38p. Monografia (Especialização em História, Arte e Cultura). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MAGNANI, J. G. C; TORRES, L. L. **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. Portugal: Edições 70, 2011.

PONTA Grossa. **Sistema Informativo Territorial – WEBGIS 2012**. Disponível em: < <http://geo.pg.pr.gov.br/webgis/map.phtml> >. Acesso em Jul/ 2012. S.l.

_____. Decreto Nº 516/99. **Disciplina o procedimento para a regularização e acompanhamento das permissões de uso dos espaços da Praça João Pessoa e dá outras providências**. S.l.

SENETT, R. **Uses of disorder: personal identity and city life.** Londres: Faber & Faber, 1996.